



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006/2007

A – PARTES:

EMPREGADOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, DESCARTÁVEIS E FLEXÍVEIS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO, entidade sindical de 1º grau, com sede na rua Cecília Darós Casagrande, nº 90, bairro Comerciário, Criciúma/SC, neste ato representado por seu presidente abaixo assinado; e,

EMPREGADOR: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS SUL CATARINENSE, entidade sindical de 1º grau, com sede na rua XV de novembro, nº 205, Centro, Criciúma/SC, neste ato representado por seu presidente abaixo assinado.

B – CLÁUSULAS:

CLÁUSULA 1ª - CORREÇÃO SALARIAL

Sobre os salários vigentes em 1º.11.2005 será aplicado o percentual negociado de 4,5% (quatro e meio por cento).

Parágrafo primeiro - Do percentual acima previsto serão compensados os aumentos e/ou antecipações espontâneas ou compulsórias concedidos a partir da data-base, com exceção dos decorrentes de promoção, transferência, equiparação, implemento de idade, mérito e término de aprendizagem.

Parágrafo segundo - Os empregados admitidos após novembro/05, terão seus salários reajustados de forma proporcional aos meses trabalhados, observado o princípio da isonomia, de forma que nenhum trabalhador mais novo na empresa venha a ter salário superior ao mais antigo na mesma função, considerando-se sempre, como parâmetro máximo o salário reajustado daquele paradigma que já estava empregado no mês de novembro/05.

Parágrafo terceiro - As diferenças do reajuste salarial e seus reflexos, para aquelas empresas que ainda não aplicaram o reajuste previsto para o mês de novembro de 2006, de acordo com o contido na presente cláusula e na cláusula 2ª abaixo, serão pagas até o quinto dia útil do mês de janeiro/07.



**CLÁUSULA 2ª - PISO SALARIAL**

Fica assegurado a partir de 01.11.2006 um salário mínimo profissional, após o término do contrato de experiência, de R\$ 455,04 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos). Entretanto, durante o contrato de experiência (no máximo de noventa dias), a remuneração será equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do piso ora estabelecido.

Parágrafo Único – a remuneração durante o contrato de experiência não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no País.

CLÁUSULA 3ª - ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

Será assegurado o acesso do Dirigente Sindical nas empresas, para assuntos específicos, desde que, solicitado previamente por escrito, junto às empresas.

CLÁUSULA 4ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Será concedido adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, caso requerido pelo empregado, por ocasião e concessão do gozo de férias, mesmo que no mês de janeiro. O requerimento deverá ser feito pelo empregado até o dia da comunicação das férias, dentro do que estabelece a legislação a respeito.

CLÁUSULA 5ª - ASSISTÊNCIA SINDICAL NA RESCISÃO

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados serão feitas perante o Sindicato Profissional, para todos aqueles que contam com mais de 06 (seis) meses de serviço na mesma empresa.

CLÁUSULA 6ª - ASSISTÊNCIA SOCIAL

As empresas doarão à entidade profissional para auxílio com despesas referentes à Assistência Social, o valor equivalente a 01 (um) dia de salário de seus empregados, no mês de abril do ano de 2007, e o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente (maio/2007), em guias próprias, fornecidas pelo órgão profissional beneficiário.

CLÁUSULA 7ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos que forem fornecidos por profissionais das Entidades Sindicais Obreiras ou da Previdência Social, para o fim de abono de faltas ao serviço, serão aceitos pelas empresas desde que exista convênio do Sindicato com a Previdência, salvo se o empregador possuir serviço próprio ou conveniado.

CLÁUSULA 8ª - AUXÍLIO CRECHE

As empresas cumprirão o disposto na legislação vigente referente a utilização de creches para os filhos de suas empregadas.

CLÁUSULA 9ª - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, a empresa reembolsará ao beneficiário legal, na forma da legislação previdenciária, em uma única vez, a título de auxílio funeral, contra apresentação dos respectivos comprovantes, as despesas decorrentes com o funeral, limitado a 05 (cinco) salários normativos em vigor na data do pagamento.



**CLÁUSULA 10 - AVISO PRÉVIO**

Havendo dispensa imotivada e quando o empregado trabalhar há mais de 08 (oito) anos na mesma empresa, o aviso prévio será de 60 (sessenta) dias, já incluso o aviso prévio legal.

Parágrafo único - Para o empregado que contar com mais de 13 (treze) anos de trabalho na mesma empresa, o aviso prévio será de 75 (setenta e cinco) dias, já incluso o aviso prévio legal.

CLÁUSULA 11 - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA

As empresas complementarão, durante a vigência do presente acordo, do 16º (décimo sexto) ao 180º (centésimo octogésimo) dia, os salários líquidos, corrigidos como os demais salários da categoria profissional, dos empregados afastados por motivo de doença.

Parágrafo único: A complementação, para os empregados em período de carência previsto na legislação previdenciária, corresponderá à diferença entre o salário líquido e o valor estimado do auxílio doença que o empregado teria direito, se já contasse com 01 (um) ano de contribuição ao INSS.

CLÁUSULA 12 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Serão fornecidos comprovantes de remuneração mensal dos empregados, com identificação da empresa, discriminação da remuneração, valor do depósito do FGTS e descontos.

CLÁUSULA 13 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência fica suspenso durante o auxílio doença comum ou acidentário, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do benefício previdenciário, desde que este benefício não exceda 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único - O prazo máximo do contrato de experiência previsto no parágrafo único do art. 445, da CLT, será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA 14 - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de livro ponto ou cartão mecanizado para empresas com até 10 (dez) empregados e a instalação de cartões mecanizados ou eletrônicos em todas as empresas com mais de 10 (dez) empregados.

CLÁUSULA 15 - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

As empresas abonarão as faltas do empregado estudante nos horários de exame, inclusive vestibulares, desde que em estabelecimentos de ensino oficial, devendo o empregado comunicar a empresa com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) horas, apresentando comprovação posterior.

CLÁUSULA 16 - EXAMES MÉDICOS E LABORATORIAIS

Os exames médicos e laboratoriais exigidos na admissão e na demissão do empregado, inclusive os periódicos exigidos por lei, serão pagos integralmente pelo empregador. Cópias dos resultados destes exames deverão ser entregues ao empregado, por ocasião do desligamento.





CLÁUSULA 17 - EMPREGADO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído, excluídas as vantagens pessoais. Nos casos de cargos de supervisão, o substituto fará jus, exclusivamente, a um acréscimo de 30% (trinta por cento) de seu salário, limitado ao salário do substituído.

CLÁUSULA 18 - FÉRIAS INDIVIDUAIS

O início das férias, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados e deverá ser notificada por escrito ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 19 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir seu contrato de trabalho, antes de completar 01 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais.

CLÁUSULA 20 - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

1. É garantida à empregada gestante uma estabilidade de 90 (noventa) dias após o término do benefício previdenciário, exceto em caso de demissão por justa causa, contrato por prazo determinado e pedido de demissão, desde que comprovado o estado gravídico anterior à comunicação da dispensa;
2. São garantidos o emprego e salário ao empregado acidentado do trabalho, conforme estabelece a legislação em vigor;
3. Na hipótese de encontrar-se em gozo de auxílio-doença previdenciário, após o retorno do benefício, ficarão assegurados o emprego e o salário ao empregado, por 60 (sessenta) dias, exceto para aqueles trabalhadores que se encontrem em contrato de experiência;
4. São garantidos o emprego e salário ao empregado que se encontre a 12 (doze) meses da aposentadoria especial ou por tempo de serviço, aos 35 (trinta e cinco) anos, imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço, desde que tenha mais de 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, cabendo-lhe comunicar à empresa, por escrito, o início do prazo de garantia. Adquirido o direito, extingue-se a garantia;
5. Aos empregados que estiverem a 24 (vinte e quatro) meses da aposentadoria integral (35 anos de serviço), e que possuírem mais de 08 (oito) anos de trabalho na mesma empresa, e forem demitidos sem justa causa, as empresas ficarão obrigadas a reembolsar as contribuições para o INSS, da data da admissão até se completar os 24 (vinte e quatro) meses. Cessará esta obrigação se o empregado conseguir outro emprego.
6. Será garantida aos empregados que tenham mais de 12 (doze) anos de trabalho na mesma empresa e que venha a se desligar espontaneamente por aposentadoria, uma gratificação equivalente ao seu último salário.





Parágrafo único – Em qualquer caso, o contrato poderá ser rescindido por pedido de demissão, acordo, justa causa, transferência ou encerramento das atividades da empresa, ou, ainda, a qualquer tempo, mediante o pagamento dos dias de garantia restantes.

CLÁUSULA 21 - PREVENÇÃO DAS LER/DORT

Além da aplicação preventiva dos termos contidos na Norma Regulamentadora nº 17, com redação dada pela Portaria nº 3.751, de 23 de novembro de 1990, do Ministério do Trabalho e Emprego, diante da ocorrência de Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho, ainda que de forma inicial, as empresas adotarão medidas corretivas.

Parágrafo primeiro: As partes, de comum acordo, resolvem instituir uma comissão responsável por buscar soluções que possam reduzir a incidência de lesões por esforços repetitivos e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Tal comissão será composta por 03 (três) representantes do Sindicato Profissional e 03 (três) representantes de cada empresa. Além disso, cada parte poderá indicar, para assessorar os trabalhos da comissão, um médico do trabalho de sua preferência, cujas despesas e honorários serão custeados pela parte responsável pela contratação. As reuniões serão agenciadas pelas partes, podendo, em caso necessário, e de acordo com a orientação dos profissionais médicos, serem realizadas a cada 02 (dois) meses.

Parágrafo segundo: As partes se comprometem e se obrigam, em conformidade com o disposto no subitem 17.6.3, alínea "c", da NR nº 17, retro citada, a promoverem a redução da jornada de trabalho em 01 (uma) hora diária, no início ou no final, da jornada normal de trabalho, - na função que originou o afastamento -, dos seus empregados que retornarem de benefício previdenciário superior a 15 (quinze) dias, quando este teve origem na ocorrência da moléstia LER/DORT, pelo período em que se encontrarem em garantia de emprego.

Parágrafo terceiro: As partes estabelecem ainda que as condições acima serão adotadas independentemente de outras medidas que visem diminuir a incidência de LER/DORT e/ou agravamento dos sintomas desta moléstia, tais como: pausas, ginástica, rodízios, trocas de função, etc.

CLÁUSULA 22 - HORÁRIO PARA PAGAMENTO

Ficarão as empresas obrigadas a efetuarem o pagamento dos salários de seus empregados, bem como a concessão de vales ou adiantamentos salariais, durante o expediente normal de trabalho, ou conceder, no máximo, até 02 (duas) horas, no mesmo horário de trabalho, para receber o seu pagamento no Banco.

CLÁUSULA 23 - HORAS EXTRAS

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com um adicional de 70% (setenta por cento) quando prestada de segunda-feira a sábado e de 100% (cem por cento) quando prestadas durante os dias referentes aos descansos semanais remunerados (DSR's).





Parágrafo único - Nos casos de convocação extraordinária do empregado, em sua residência, fora de seu expediente normal, este receberá a remuneração mínima de 03 (três) horas extras, por hora ou fração trabalhada.

CLÁUSULA 24 - INTERVALO NA JORNADA

Para as empresas que possuam refeitório e/ou forneçam refeição, fica assegurado o intervalo de 30 (trinta) minutos, a todos os empregados quando a empresa utilizar-se de dois ou mais turnos de trabalho. O intervalo será destinado para descanso, alimentação e será computado na jornada diária de trabalho, respeitados acordos coletivos específicos.

Parágrafo único - Caso a empresa adote somente 01 (um) turno de trabalho, o horário para descanso e refeição será o disposto na CLT.

CLÁUSULA 25 - INTERVALOS INTRAJORNADA

Os intervalos intrajornadas não concedidos, assegurarão o pagamento como horas extraordinárias trabalhadas.

CLÁUSULA 26 - JORNADA NOTURNA

Os empregados que prestarem serviço em jornada noturna, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, farão jus a um adicional de 35% (trinta e cinco por cento), sobre o valor da hora prestada em jornada diurna normal.

CLÁUSULA 27 - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos integrantes da categoria profissional, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em média, ressalvados os acordos de compensação de horas e as condições mais favoráveis eventualmente existentes.

CLÁUSULA 28 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas liberarão os dirigentes sindicais, inclusive os suplentes, sem prejuízo salarial, até 30 (trinta) dias ao ano por dirigente e por empresa, para participação em reuniões, assembléias, congressos e encontros de trabalhadores, desde que previamente solicitado pelo Sindicato, por escrito e com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

CLÁUSULA 29 - LICENÇA REMUNERADA

As empresas concederão licença remunerada de 03 (três) dias úteis na ocorrência de casamento do empregado ou por ocasião de morte do cônjuge, ascendentes ou descendentes diretos. No caso de morte de parente até 2º (segundo) grau, a licença será de 01 (um) dia.

CLÁUSULA 30 - MORA SALARIAL

No caso de não pagamento de salário até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o empregador pagará, em favor do empregado, 0,1% (zero virgula um por cento) calculado sobre o salário nominal do empregado, por dia de atraso, a título de multa, exceto:





- a) quando a empresa estiver em regime de recuperação judicial (Lei de Recuperação de Empresas);
- b) quando no período do pagamento houver greve bancária, ou nas empresas responsáveis pela confecção das folhas de pagamento;
- c) em caso de falha técnica, devidamente comprovada, nos serviços de processamento das folhas de pagamento;
- d) quando no período de pagamento houver greve na própria empresa; e,
- e) nos casos de força maior conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 31 - MULTA CONTRATUAL

Pelo não cumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva, a empresa pagará à parte prejudicada a multa correspondente a 1% (um por cento) do salário normativo, pelo descumprimento da obrigação de fazer, por infração e por empregado, a ser pago ao empregado prejudicado.

Parágrafo primeiro - A multa só será devida 20 (vinte) dias após o recebimento da notificação escrita, encaminhada à empresa pela parte que se julgar prejudicada, exigindo o cumprimento da cláusula violada, caso a violação não tenha sido sanada.

Parágrafo segundo - Em qualquer das hipóteses serão, somente, beneficiários da multa estabelecida, os empregados representados pelo sindicato profissional suscitante.

CLÁUSULA 32 - QUADRO DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição da Entidade Sindical Profissional, um quadro de avisos para afixação de comunicados de interesse da categoria profissional.

CLÁUSULA 33 – DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As empresas abrangidas por esta Convenção poderão, quando oferecida a contraprestação e autorizada expressamente pelo empregado, descontar mensalmente em folha de pagamento, de acordo com o art. 462 da CLT, além dos itens permitidos por lei, os descontos de seguro de vida em grupo, empréstimos pessoais, contribuições a associações de funcionários ou quaisquer outros benefícios que vierem a ser concedidos, podendo ainda descontar, quaisquer contribuições aprovadas por Assembléia Geral da categoria profissional em favor do Sindicato Profissional.



CLÁUSULA 34 - QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A quitação das verbas rescisórias será feita pela empresa até o 10º (décimo) dia após o término do aviso prévio, sob pena de, a partir desse prazo, pagar ao empregado, 2/30 (dois trinta avos) de remuneração por dia de atraso.

CLÁUSULA 35 - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão por justa causa, fica a empresa obrigada a fazer a comunicação por escrito, ao empregado tão logo seja suspenso do seu trabalho, dando os motivos da falta em que o mesmo incorreu.

CLÁUSULA 36 - 13º SALÁRIO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

As empresas complementarão o 13º salário aos empregados que permanecerem por tempo igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias em benefício previdenciário.

CLÁUSULA 37 - SINDICALIZAÇÃO

As empresas se comprometem a colaborar com o Sindicato profissional na sindicalização de seus empregados, pelos meios ao seu alcance, especialmente na admissão.

CLÁUSULA 38 - UNIFORMES E MATERIAIS

Os uniformes de proteção individuais e calçados, quando exigidos por lei ou pela empresa, serão fornecidos gratuitamente.

CLÁUSULA 39 - BANCO DE HORAS E 6 X 2 (jornada espanhola)

As empresas interessadas em negociar a flexibilização da jornada de trabalho, através da modalidade "Banco de Horas" e/ou instituição do regime de trabalho de 6 x 2 (seis dias de trabalho com dois dias de descanso – jornada espanhola), poderão fazê-lo, na forma da legislação vigente, com o acompanhamento do Sindicato Profissional.

Parágrafo único: Todas as condições no acordo de flexibilização de jornada de trabalho na modalidade "Banco de Horas" e regime de 6 x 2, prevalecem sobre as normas e condições acordadas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive aquelas com relação ao pagamento de horas extraordinárias que excederem os limites acordados para a flexibilização da jornada de trabalho.

CLÁUSULA 40 – COMPENSAÇÃO DE JORNADA

As empresas interessadas, a teor do que dispõe o artigo 59, § 2º, da CLT, poderão exceder a jornada normal de trabalho diária, em número não superior a 02 (duas) horas, para compensar com a correspondente diminuição do trabalho aos sábados.



**CLÁUSULA 41 - VIGÊNCIA**


A vigência da presente Convenção é de 12 (doze) meses, com início em 1º de novembro de 2006, e término em 31 de outubro de 2007.

E por estarem, assim, justos e acordados, os representantes legais, das entidades sindicais dos empregados e dos empregadores, assinam este documento em 04 (quatro) vias de igual teor, devendo a 1ª via ser encaminhada à DRT/SC para fins de registro.

Criciúma, 15 de dezembro de 2006.


SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS,
DESCARTÁVEIS E FLEXÍVEIS,
QUÍMICAS E FARMACÉUTICAS DE
CRICIÚMA E REGIÃO
Presidente - Carlos de Cordes
CPF 537.950.089-72

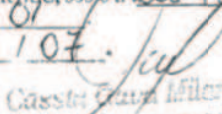
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
QUÍMICAS DO SUL CATARINENSE


Presidente - Albertino Colombo
CPF 517.084.429-87

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SUBDELEGACIA DE CRICIÚMA

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constante do processo nº. 0052.07-57. Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 005-1-3, às fls. 50 do livro nº. 01.
Criciúma, 12.10.07.


Cassia Maria Milanesi
SUBDELEGADA DO TRABALHO
SDT - CRICIÚMA - MAI 20051







CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO ESPECÍFICO SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR), PARA OS ANOS DE 2006/2007.

PARTES:

EMPREGADOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, DESCARTÁVEIS E FLEXÍVEIS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE CRICIÚMA E REGIÃO, entidade sindical de 1º grau, com sede na rua Cecília Darós Casagrande, nº 90, bairro Comercial, Criciúma/SC, neste ato representado por seu presidente abaixo assinado; e,

EMPREGADOR: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS SUL CATARINENSE, entidade sindical de 1º grau, com sede na rua XV de novembro, nº 205, Centro, Criciúma/SC, neste ato representado por seu presidente abaixo assinado.

OBJETIVOS:

As partes esclarecem que, não obstante o entendimento no sentido de que esta matéria deva ser analisada e implantada em nível de empresa e a vista das controvérsias existentes a respeito deste assunto, acordam o que segue, atentos ao artigo 7º, inciso XI, primeira parte, da Constituição federal e artigo 2º, inciso II, da Lei nº 10.101/2000, que dispõe sobre o assunto.

CLÁUSULAS:

CLÁUSULA 1ª – No presente acordo, por delegação da assembleia, a entidade sindical dos trabalhadores substitui as comissões de empregados previstas no inciso II, do artigo 2º da aludida Lei 10.101/2000.

CLÁUSULA 2ª - O que a Constituição Federal (artigo 7º, inciso XI, primeira parte) e a Lei retro mencionada regulam não encontra-se regulado neste acordo.

CLÁUSULA 3ª - Esta participação:

a) Não será devida pelas empresas que já tenham implantado, estejam implantando ou venham a implantar, nos termos da Lei 10.101/00, até 15/12/2005, devendo fazer, nestes dois últimos casos, a respectiva comunicação prévia à entidade sindical representativa dos seus empregados, ficando convalidadas, portanto, estas implantações em nível de empresas.

b) deverá ser paga entre 01.01.07 a 30.06.07, devendo ainda o valor a ser percebido pelo empregado ser especificado em folha de pagamento, observados os seguintes valores:

b.1) para as empresas que possuírem em 31/10/2006 até 10 (dez) funcionários, R\$ 206,41 (duzentos e seis reais e quarenta e um centavos);





b.2) para as empresas que possuem entre 11 a 30 funcionários em 31/10/2006, R\$ 282,77 (duzentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos);

b.3) para as empresas que possuem acima de 31 funcionários em 31/10/2006, R\$ 436,68 (quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos);

c) será devida aos empregados com contrato em vigor em 01/09/2006, admitidos antes de 01/01/2006;

d) para os empregados afastados do trabalho será paga na(s) mesma(s) data(s) do pagamento dos demais empregados, desde que o seu retorno ao trabalho tenha ocorrido até 31/12/2006, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, excluídos desta proporcionalidade os afastados por acidente de trabalho;

e) no tocante aos empregados admitidos durante o período de 01/01/2006 a 31/12/2006, será aplicada proporcionalmente, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias;

f) portanto, empregados demitidos até 31/08/2006, inclusive, não receberão a participação.


CLÁUSULA 4.ª - O presente acordo implica na transação do objeto e desistência de possíveis processos de dissídios coletivos relacionados com a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados das empresas.

CLÁUSULA 5.ª - VIGÊNCIA

A vigência da presente Convenção é de 12 (doze) meses, com início em 1º de novembro de 2006 e término em 31 de outubro de 2007.

E, por estarem, assim, justos e acordados, os representantes legais, das entidades sindicais acima nominadas, firmam este documento em 04 (quatro) vias de igual teor, devendo a 1ª via ser encaminhada à DRT/SC para fins de registro.

Criciúma, 15 de dezembro de 2006.


SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS PLÁSTICAS, DESCARTÁVEIS
E FLEXÍVEIS, QUÍMICAS E
FARMACÉUTICAS DE CRICIÚMA E
REGIÃO

Presidente - Carlos de Cordes
CPF - 537.950.089-72


SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS
DO SUL CATARINENSE
Presidente - Albertino Colombo

MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SUBDELEGACIA DE CRICIÚMA

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constante do processo nº. 0052.07-ST. Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 0028-73 às fls. 50 do livro nº. 01.
Criciúma, 12 / 01 / 07


Cláudia Milanesi
SUBDELEGACIA DO TRABALHO

